

NO MUNDO  
DO TRABALHO



OIT Brasil revisita  
Módulos do GRPE

P. 3

Autonomia Econômica  
para as mulheres

P. 4

Notas Trabalho e Família  
em português

P. 5

## Rumo à Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2012

*Mobilização em todo o território nacional supera as expectativas*

**E**m 2011, todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal realizaram conferências municipais, intermunicipais, regionais e estaduais preparatórias à I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD) do país, mobilizando cerca de 23.000 delegadas e delegados, representando o governo, os empregadores, trabalhadores e organizações da sociedade civil.

“Os encontros propiciaram a ampliação do debate sobre as quatro dimensões da agenda do trabalho decente: emprego, direitos no trabalho, proteção social e diálogo social”, destaca a diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, que participou de várias conferências preparatórias. O Escritório da OIT no Brasil participou de todas as conferências estaduais.

Brasília sediará a I CNETD, em agosto de 2012. A Conferência é convocada pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego e irá, a partir da discussão ocorrida nos estados, formular diretrizes para uma Política Nacional de Emprego e Tra-



2012

balho Decente, bem como avaliar o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

*Igualdade de Gênero e Raça na I CNETD*

O primeiro eixo temático da I CNETD prioriza a reflexão sobre “Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”. Entre os pontos de discussão neste Eixo, está a igualdade de oportunidades e de tratamento, especialmente para jovens, mulheres e população negra. Nas conferências preparatórias à I CNETD, os principais temas discutidos nesta área foram a igualdade de oportunidades e remuneração; o trabalho doméstico e o equilíbrio entre trabalho e família.

### DOCUMENTOS

Decreto da I CNETD - Regimento da I CNETD  
Texto Base da I CNETD - Subsídio da I CNETD  
Acesse [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)

## Gênero e Raça no PNETD

As desigualdades de gênero e raça são questões estruturais da realidade social brasileira e estão fortemente presentes na organização do mercado de trabalho. Por isso, o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente contempla o tema em suas prioridades, resultados e metas.

Entre suas prioridades está a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento. Com as ações previstas no Plano, os resultados almejados são o aumento da igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho, em consonância com as Convenções da OIT sobre igualdade de remuneração (nº 100, 1951) e sobre discriminação no emprego e na ocupação (nº 111, 1958), ratificadas pelo Brasil.

Em sintonia com o processo de reestruturação do mercado de trabalho, que vem sendo observado a partir do início dos anos 2000, a melhoria dos indicadores de gênero e raça no mercado de trabalho é uma realidade. Porém, desafios permanecem presentes nessa área. Em razão disso, o PNETD estabelece metas específicas para melhorar as condições de emprego das mulheres e negros, que incluem:

- aumento nas taxas de participação e no nível de ocupação de mulheres e da população negra;
- diminuição nas desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres, negros e brancos;
- aumento do número de empresas e instituições participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;
- conclusão do processo de consulta, ratificação e decreto de promulgação da Convenção da OIT sobre trabalhadores/as com responsabilidades familiares (nº 156, 1981);
- e garantia às/aos trabalhadoras/es domésticas/os dos mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados.

# Centrais sindicais somam esforços para a promoção da igualdade de gênero e raça

*Qual a relação entre o conceito de “Trabalho Decente” e a igualdade de gênero e raça?*

Essa foi a motivação da oficina realizada pela OIT e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) com as centrais sindicais brasileiras, em São Paulo, nos dias 17 e 18 de outubro de 2011. Participaram do evento Força Sindical, UGT, CUT, CTB, CGTB e NCST, além do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR). Os debates em torno desta questão foram impulsionados pela palestra proferida pela diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo. Segundo a técnica do Dieese, Patricia Costa, e a oficial de projetos da OIT Brasil, Rafaela Egg, “a oficina ajudou a fortalecer a ação conjunta das centrais e a delinear, de maneira concreta, passos para a promoção da igualdade de gênero e raça nas relações de trabalho.”



*Laís Abramo palestrou sobre o tema*



*Participantes debateram sobre o conceito “Trabalho Decente”*

## Igualdade de Gênero e Raça na Negociação Coletiva Avança

*Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) lançam estudo*

**São Paulo** - No dia 17 de outubro de 2011, a OIT Brasil e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) lançaram um estudo sobre a crescente presença, nos últimos anos, de cláusulas de promoção da igualdade de gênero e raça nos acordos e processos de negociação coletiva. O lançamento ocorreu durante a oficina “Ação das centrais sindicais na promoção da igualdade de gênero e raça e do trabalho decente”. A publicação, intitulada “Negociação de cláusulas de trabalho relativas à igualdade de gênero e raça 2007-2009” dá continuidade a uma série de estudos que analisam a evolução da incorporação das cláusulas de promoção da igualdade de gênero nos processos



de negociação coletiva nos últimos 16 anos e das cláusulas relativas à igualdade racial nos últimos 10 anos. Prestigiaram o lançamento da publicação o especialista do

Programa de Atividades para os Trabalhadores para o Cone Sul da América Latina, Carlos Rodríguez (ACTRAV), e o Coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre de Oliveira. A OIT Brasil marcou presença com a diretora do Escritório, Laís Abramo, e o diretor-adjunto, Stanley Gacek.

“As questões relativas à igualdade de gênero e raça têm presença crescente nas negociações coletivas no Brasil, o que é um importante indicativo do fortalecimento da ação sindical na promoção da igualdade”, destaca Laís Abramo.

LINK – [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/negociacao%20clausulas%20trabalho\\_625.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/negociacao%20clausulas%20trabalho_625.pdf)

## EXPEDIENTE

Este Boletim foi produzido com o apoio do Projeto Gender Equality in the World of Work (INT/09/61/NOR), Organização Internacional do Trabalho (OIT), financiado pelo Governo Norueguês.

Esta edição aborda as atividades do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT Brasil do segundo semestre de 2011

Diretora do Escritório da OIT no Brasil  
**Laís Abramo**

Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT Brasil  
**Marcia Vasconcelos**

Oficial de Projetos de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT Brasil  
**Rafaela Egg**

Assistentes de Projetos de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT Brasil  
**Andréa Melo**  
**Adalgisa Soares**

Elaboração  
*Leslie Sedrez Chaves*  
Jornalista – DRT 12415  
*Sátira Pereira Machado*  
Jornalista – DRT 8417

Colaboração  
*Severino Goes*  
Oficial de Comunicação e Imprensa da OIT Brasil

Fotos  
*Divulgação*

Revisão de Texto  
*Matheus Gazzola Tussi*

Projeto Gráfico  
*Luciano Mendes*



<http://www.oit.org.br/content/genero-e-raca>

## DEFINIÇÕES DA CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical elencou estratégias para a promoção da igualdade de gênero e raça nas negociações coletivas e no processo preparatório da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD). Entre os encaminhamentos definidos, estão o apoio aos Projetos de Lei 4857-A/2009, 6653/2009 e 136/2010, que tratam da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho; e promoção das ratificações da Convenção sobre trabalhadores e

trabalhadoras com responsabilidades familiares (nº 156, 1981) e Convenção sobre trabalho decente para trabalhadores e trabalhadoras domésticos (nº 189, 2011), ambas da OIT. Foram também acordadas ações de promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas de primeiro emprego, nos programas de inclusão produtiva, e em ações desenvolvidas em torno da realização de grandes eventos, como a Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

## OIT Brasil revisita Módulos do GRPE

No segundo semestre de 2011, os municípios de Osasco e Diadema, no Estado de São Paulo, receberam um conjunto de oficinas de capacitação baseadas no *Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego* (GRPE). As atividades foram conduzidas pelas consultoras da OIT Brasil, Márcia Leite e Maysa Dias Garcia, e a Oficial de Projetos de Promoção de Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT, Rafaela Egg. O objetivo dos eventos foi propiciar um espaço de discussão e fortalecimento das capacidades acerca dos temas desenvolvimento, trabalho decente, combate à pobreza e igualdade de gênero e raça, com o objetivo de fortalecer essas

dimensões nas políticas públicas e programas destinados à superação da pobreza e das desigualdades sociais nos municípios. O Programa GRPE, da OIT Brasil, é um programa de capacitação que alia a discussão conceitual com a abordagem de boas práticas em termos de ações governamentais, sindicais e de empregadores que articulem gênero, raça, pobreza e emprego, sendo implementado a partir de módulos de formação. Atualmente, o Programa GRPE encontra-se em sua segunda fase de desenvolvimento. "As oficinas foram cruciais para fomentar o processo de revisão do Manual GRPE, pois permitiram colher subsídios para os novos conteúdos e boas práticas", resalta Rafaela.



Participantes aprenderam um pouco mais sobre GRPE

**Osasco** – Nos dias 15 e 16 de setembro de 2011, a OIT e a Prefeitura de Osasco promoveram a capacitação nos módulos sobre desenvolvimento e trabalho decente; igualdade racial; políticas de emprego e monitoramento de políticas públicas. Participaram do evento gestores públicos locais e representantes da sociedade civil. Segundo Alexandre Guerra, assessor da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura de Osasco, "a essência das iniciativas desenvolvidas pela Secretaria passa pela centralidade do trabalho e pela articulação dos programas de

transferência de renda com políticas de geração de ocupação e renda".

**Diadema** – Nos dias 20 e 21 de outubro de 2011, a OIT e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de Diadema realizaram a formação de gestores/as públicos/as e sociedade civil nos módulos sobre desenvolvimento e trabalho decente; promoção da igualdade racial e equilíbrio entre trabalho e família.

## OIT apoia elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Mato Grosso

**Várzea Grande** - Nos dias 27 e 28 de setembro de 2011, representantes da Organização Internacional do Trabalho participaram do Encontro Estadual sobre Tráfico de Pessoas em Mato Grosso. O objetivo do evento, realizado em Várzea Grande, foi a consolidação do processo de elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Com base na estrutura básica do Plano, delineada a partir de uma oficina realizada em maio, o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas organizou conferências regionais no Estado, abrangendo as regiões norte, leste, oeste e sul. Durante o processo, foram reunidos mais de 700 representantes do governo, empregadores, trabalhadores e sociedade civil.

A OIT enviou representantes às conferências da região norte e oeste e participou da condução dos trabalhos no Encontro Estadual, apoiando tecnicamente o comitê na estruturação do documento final, que foi entregue formalmente à Secretaria de Estado de Recursos Humanos, do Governo Estadual de Mato Grosso.

Segundo o coordenador do Projeto de Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT, Antonio Carlos de Mello Rosa, um dos participantes do Encontro Estadual, "o Plano, da maneira que está desenhado, garantirá não só que ações efetivas sejam tomadas visando à erradicação do tráfico de pessoas, que sempre tem como objetivo a exploração de vidas humanas, mas também possibilitará uma abordagem sensível a temas transversais como as questões de raça, gênero, etnia e faixas etárias mais vulneráveis, a exemplos de crianças e adolescentes."

O Comitê busca agora a estruturação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, e a institucionalização do Plano com a alocação de recursos para sua implementação.

# Autonomia Econômica para as mulheres é pauta da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

De 12 a 15 de dezembro de 2011, a OIT participou como observadora da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília. A Conferência reuniu cerca de 2.800 participantes. Para consolidar a Política Nacional para as Mulheres, as delegadas presentes avaliaram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para redefinir suas prioridades. “As resoluções da Conferência demonstram a relevância do tema do trabalho para a promoção da igualdade de gênero. O PNPM, desde sua primeira edição, vem se fortalecendo como importante instrumento de promoção do trabalho decente para as mulheres,

o que favorece o fortalecimento da ação do Estado Brasileiro nesta área”, destaca a coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil, Marcia Vasconcelos.

O amplo processo de consulta pública iniciou-se em agosto, envolvendo mais de dois mil municípios e cerca de 200 mil mulheres. Todas as Unidades da Federação realizaram conferências estaduais, inclusive o Distrito Federal. A preparatória governamental reuniu 269 servidores/as de vários ministérios e órgãos da administração indireta. Acompanhando as discussões, a oficial de projetos da OIT-Brasil,

Rafaela Egg, observou os avanços em relação a temas importantes para a política pública na área do trabalho, como o fortalecimento dos temas do trabalho doméstico e equilíbrio entre trabalho e família.

As resoluções das conferências encontram eco no Plano Plurianual 2012-2015, do Governo Federal. No PPA 2012-2015 está prevista “a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero”. No PPA, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal liderará a implementação do Programa “Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência”.

## PNPM e o Desenvolvimento Econômico

O tema do desenvolvimento econômico relacionado ao enfrentamento das desigualdades de gênero foi incluído nos debates da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Esta abordagem revela o reconhecimento de que a discriminação tem custos sociais, políticos e econômicos. Por outro lado, o investimento na autonomia das mulheres reverte em ganhos não apenas na dimensão dos direitos e da justiça social, mas também na dimensão econômica, possibilitando que as mulheres possam contribuir de forma mais efetiva para o crescimento

e o desenvolvimento do país. Para que isso se torne uma realidade, promover políticas de equilíbrio entre trabalho e família é central para remover um dos principais obstáculos que dificultam o ingresso, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho. A visão de que as mulheres são as responsáveis exclusivas ou principais pelas atividades de cuidado e que são uma força de trabalho secundária necessita ser superada no interior das famílias, nas empresas e nos processos de elaboração de políticas públicas.

## OIT Brasil se qualifica na Metodologia de Auditoria Participativa de Gênero

**Santiago** – Entre 8 e 12 de agosto de 2011, a OIT Brasil, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, participou da capacitação na metodologia da OIT de Auditoria Participativa de Gênero (APG). O treinamento visou o fortalecimento das capacidades de representantes da OIT e de outras agências do Sistema ONU da Região da América Latina para realizarem auditorias de gênero, promovendo uma maior inserção do tema nas organizações. A capacitação foi promovida pelo Escritório para

a Igualdade de Gênero, (Gender Bureau – OIT Genebra), com o apoio do Centro Internacional de Formação (CIF) da OIT (Turim), e do Escritório Subregional da OIT para o Cone Sul (Santiago). A auditoria de gênero aumenta a capacidade coletiva de uma organização de analisar suas atividades a partir de uma perspectiva de gênero e identificar os pontos fortes e fracos quando se trata de promoção da igualdade entre homens e mulheres. A OIT Brasil visa utilizar a metodologia em capacitações a serem realizadas com empresas no País.

Para maiores informações sobre auditorias de gênero acesse: [www.gender.itcilo.org](http://www.gender.itcilo.org)



# Ações da OIT articulam Países de Língua Portuguesa para a promoção da igualdade de gênero



**A**pós a primeira reunião de pontos focais de gênero de países de língua portuguesa da OIT, promovida pelo Escritório de Brasília, pelo Centro Internacional de Formação da OIT (Turim) e pelo Gender Bureau (OIT Genebra), em 2010, o Escritório da OIT em Lisboa, passou a desenvolver atividades conjuntas com Brasil e Angola no âmbito do Projeto Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho, desenvolvido no Brasil, Angola, África do Sul, Índia e China (Projeto BASIC).

De 29 de Julho a 4 de Agosto de 2011, Portugal sediou uma formação

preparatória para ações de promoção e integração da igualdade de gênero na inspeção do trabalho e na dinamização dos pontos focais de gênero.

O evento, promovido pela OIT Lisboa e pela Coordenadora do Projeto BASIC em Angola, Gabriela Simas, foi interativo e incluiu reuniões, visitas, mostra de livros e análise de documentos de referência da OIT. "Com essa parceria foi possível a criação de novas iniciativas para a implementação do Projeto BASIC em Angola", afirma Gabriela.

Estiveram presentes no encontro a Diretora Nacional da Política de Gênero do Ministério da Família e da Promoção da Mulher de Angola, Inês Gaspar, e a Inspectora Geral Adjunta da Inspeção Geral do Trabalho de Angola, N'Zinga Costa.

Segundo a ponto focal de gênero do Escritório da OIT em Lisboa, também presente no evento, Albertina Jordão, "O intercâmbio em língua portuguesa facilitou a reflexão acerca do modo de ganhar públicos estratégicos (inspeção e pontos focais de gênero) para promover a igualdade no mundo do trabalho."

## OIT Brasil e Portugal lançam Notas Trabalho e Família em português

A satisfação das necessidades econômicas e o cuidado com a família são duas dimensões diferentes, porém complementares. Entretanto, a divisão do tempo entre o trabalho para geração de renda e a realização das tarefas domésticas não remuneradas nem sempre é equânime. Essa questão atinge principalmente as mulheres e está na base das desigualdades que elas enfrentam no mercado de trabalho. Portanto trata-se de um ponto importante para a garantia da igualdade de gênero nessa área.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares, os escritórios da OIT no Brasil e em Portugal traduziram para o português e adaptaram para a realidade brasileira e portuguesa a série de Notas Trabalho e Família, originalmente elaboradas no âmbito do Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente da OIT. Trazendo

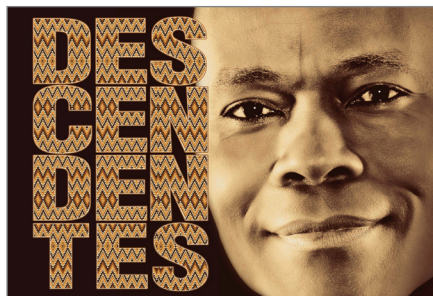


conceitos, informações e boas práticas sobre o assunto, a série compreende oito notas adaptadas pela OIT Brasil com apoio e participação do escritório da OIT em Lisboa, e se aprofunda nos seguintes tópicos: novos enfoques sobre trabalho e responsabilidades familiares; promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família; o apoio de empresas à conciliação trabalho-família; proteção da maternidade; alternativas que podem facilitar a conciliação entre o trabalho e família; licenças e responsabilidades familiares; e envelhecimento da população e a responsabilidade pelo cuidado.

As notas podem ser encontradas em <http://www.oitbrasil.org.br/nota-genero-raca-trabalho-familia>

## OIT Brasil apóia o “Ano Internacional das e dos Afrodescendentes”

*Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT apóia a divulgação da publicação “Afrodescendentes”, uma realização do Grupo Temático Interagencial de Gênero e Raça dos Sistema das Nações Unidas no Brasil*



### ONU 2011: Afrodescendentes

A Assembléia Geral das Nações Unidas instituiu 2011 como o “Ano Internacional das e dos Afrodescendentes”, para dar visibilidade pública aos avanços na efetivação das recomendações da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001), realizada há dez anos.

Em 2005, foi criado o Grupo Temático Interagencial de Gênero e Raça do Sistema das Nações Unidas no Brasil, composto por dez agências, entre elas a Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho.

Em novembro, em parceria com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, o Grupo Temático Interagencial lançou “Descendentes”. A publicação traz reflexões sobre as ações afirmativas, a inclusão da história e cultura afro-brasileiras nas escolas, a igualdade racial na estrutura governamental, a saúde da população negra, o mercado de trabalho, a violência, a intolerância religiosa, as comunidades quilombolas e a erradicação da pobreza e combate ao racismo.

# Ano Internacional dos Afrodescendentes

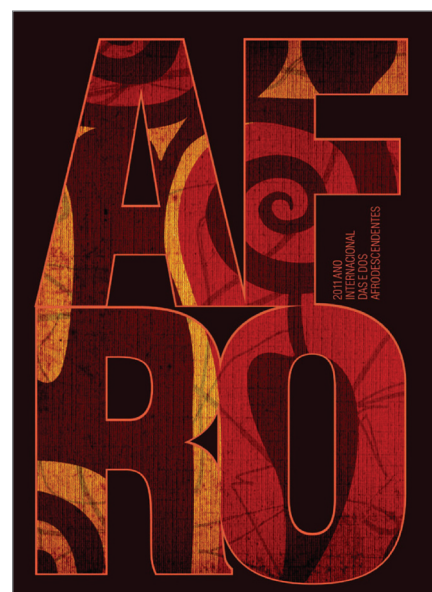
Por Rafaela Egg

**1888.** Abolição da escravatura no Brasil. Nasce uma criança negra e uma branca. 30 anos depois. A criança negra, agora adulta, está entre os mais pobres da população, sem condições dignas de trabalho, independente de ser homem ou mulher; a mulher, com o adicional de ser a única responsável pelo cuidado dos filhos e da casa. A criança branca, agora adulta, se homem, trabalha e tem uma grande renda; se mulher, é casada e cuida dos/das filhos/as.

A criança-adulta negra sabe o significado de ser negra desde que sua memória tem registros e sonha com condições melhores para si, ainda que lhe pareça um sonho quase impossível. A criança-adulta branca acha natural que tenha seus privilégios e que negros/as devam servi-la. Elas se encontram: a criança-adulta-negra trabalha na casa da criança-adulta-branca.

2011. A ONU decreta o Ano Internacional dos Afrodescendentes. Nasce uma criança negra e uma branca. 40 anos depois. A criança negra, agora adulta, tem grande probabilidade de estar entre os mais pobres da população, sem condições dignas de trabalho, independente de ser homem ou mulher; a mulher, com o adicional de ser a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa. A mulher pode ser uma chefe de família, sem cônjuge. Se estiverem entre uma minoria, o homem negro pode estar trabalhando e ter uma grande renda; e a mulher negra pode estar trabalhando fora ou em casa, cuidando da família. Seu marido pode “ajudar” em casa ou assumir realmente as tarefas domésticas e familiares. Outra possibilidade: a mulher negra pode estar trabalhando fora e ser chefe de família, sem cônjuge. Ainda, mulher negra e homem negro podem pertencer a domicílios unipessoais ou estarem em união civil com uma pessoa do mesmo sexo.

A criança branca, agora adulta, se homem, tem uma grande probabilidade de estar trabalhando em um excelente emprego e ter uma grande renda; se mulher, pode estar trabalhando fora ou em casa, cuidando da família. Seu marido pode



“ajudar” em casa ou assumir realmente as tarefas domésticas e familiares. Outra possibilidade: a mulher branca pode estar trabalhando e ser chefe de família, sem cônjuge. Ainda, mulher branca e homem branco podem pertencer a domicílios unipessoais ou estarem em união civil com pessoa do mesmo sexo.

A criança-adulta negra sabe o significado de ser negra desde que sua memória tem registros. Sonha com condições melhores para si, ainda que lhe pareça um sonho quase impossível, ou questiona os lugares de privilégio definidos pela cor e pela raça e trabalha para a promoção da igualdade racial, um sonho possível. A criança-adulta branca acha natural que tenha seus privilégios e que negros/as devam servi-la ou não pensa sobre estas questões, pois isso não lhe diz respeito. Ou, ainda, entende o que é ser branca, questiona os lugares de privilégio definidos pela cor e pela raça e trabalha para a promoção da igualdade racial, um sonho possível. Elas se encontram: a criança-adulta-negra trabalha na casa da criança-adulta-branca. Ou são casadas. Ou são amigas. Ou são colegas de trabalho. Ou trabalham juntas para a promoção da igualdade racial.

O Ano Internacional dos Afrodescendentes nos convoca a ver a realidade da população negra no nosso País, refletir quanto aos avanços e mobilizar-nos para a promoção da igualdade racial.